

# ■ Troca de contrato traz economia

**Ederson Marques**

A Secretaria de Saúde celebrou contrato emergencial no fim de 2006 com a empresa Amanda Construções, Administrações e Serviços. Ao todo, o órgão desembolsará R\$ 3,2 milhões por seis meses de convênio para que a empresa realize a vigilância das portarias nas Unidades Básicas de Saúde da Família. O deputado distrital Paulo Tadeu (PT) questionou a contratação no Ministério Público de Contas (MPC) do Distrito Federal.

Não é especialidade da Amanda o setor de vigilância. Mesmo assim, a Secretaria de Saúde contratou os serviços para alguns prédios do órgão. Na documentação entregue ao MPC, o petista denuncia a troca de 656 vigilantes por agentes de portaria, feita no fim do ano passado. De acordo com o distrital, os profissionais de vigilância foram demitidos para a contratação emergencial dos agentes de portaria, que não teriam capacitação para realizar o serviço.

Ao tomar conhecimento da denúncia, a procuradora-geral do MPC, Cláudia Fernanda Pereira, enviou ofício ao presidente do Tribunal de Contas do DF, conselheiro Paulo César de Ávila e Silva. Ela solicitou uma investigação para esclarecer as questões levantadas pelo deputado distrital. No ofício, Cláudia Fernanda lembra que a contratação emergencial de R\$ 3,2 milhões precisa ser justificada para que o convênio seja firmado.

Levantamento preliminar feita pelo MPC constatou que a empresa Amanda tem como ativida-

---

## **Deputado denuncia troca de vigilantes por agentes sem preparo para exercer função em hospital**

---

de principal o ramo de edificações, conforme consulta na Receita Federal. Além disso, notas de empenho, referentes ao mês de novembro de 2006, apontam as empresas Ipanema Segurança e Confederal Vigilância de Valores como credoras da Amanda. As duas prestam serviços de vigilância ao GDF.

A Secretaria de Saúde informou que a contratação da Amanda seguiu as normas exigidas pela lei. Após apreciar cinco propostas, o órgão escolheu a empresa, que cobrou menos pelo serviço prestado. O órgão reconheceu a demissão de vigilantes, mas em um número de 104, bem inferior ao denunciado pelo distrital Paulo Tadeu.

De acordo com o secretário José Geraldo Maciel, a empresa Amanda já prestava serviços na época em que a Fundação Zerbini atuava no Distrito Federal. Segundo ele, o contrato está perto de se encerrar e nova licitação está em preparo.

– Nós tínhamos vigilantes armados em locais que não exigiam vigilantes. Com a contratação emergencial, diminuimos sensivelmente os custos no setor em mais de R\$ 500 mil – disse Maciel. – Assim como no caso das outras empresas, vamos abrir licitação para esta área também.

Durante o dia, surgiu a informação de que a empresa Amanda Construções, Administrações e Serviços seria de propriedade do ex-distrital Gim Argelo (PTB). A Secretaria de Saúde informou que quem assinou o contrato pela Amanda é Antônio Alvez de Souza. Procurado pela reportagem, o proprietário não foi localizado no escritório da empresa e não retornou às ligações.